

Demonstrações contábeis

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

31 de dezembro de 2022

(Em fase pré-operacional)

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica do Agreste Potiguar II S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

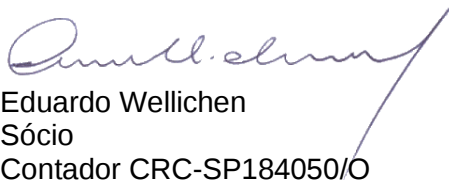
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		24.026	13.180
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.334	184
Investimento de curto prazo	5	21.585	12.801
Tributos a recuperar		382	101
Despesas pagas antecipadamente		450	24
Outros ativos		275	70
Não circulante		266.549	52.211
Derivativos financeiros	11.1	1.837	-
Imobilizado	6	264.668	52.186
Intangível		44	25
Total do ativo		290.575	65.391
Passivo			
Circulante		152.135	312
Fornecedores		6.847	176
Empréstimos em moeda estrangeira	7	144.798	-
Impostos e contribuições sociais a recolher		490	136
Não circulante		45.000	65.190
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	45.000	65.190
Patrimônio líquido		93.440	(111)
Capital social	9	94.973	1
Prejuízos acumulados		(1.533)	(112)
Total do passivo e do patrimônio líquido		290.575	65.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Custos operacionais			
Encargos de uso da rede básica - CUST	10	(1.375)	-
		<u>(1.375)</u>	<u>-</u>
Prejuízo bruto		<u>(1.375)</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	10	(46)	(28)
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(1.421)</u>	<u>(28)</u>
Prejuízo antes do do imposto de renda e da contribuição social		<u>(1.421)</u>	<u>(28)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.421)</u>	<u>(28)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demnstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	<u>(1.421)</u>	<u>(28)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.421)</u>	<u>(28)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo descoberto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1	(84)	(83)
Prejuízo do exercício	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1	(112)	(111)
Aumento de capital	94.972	-	94.972
Prejuízo do exercício	-	(1.421)	(1.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	94.973	(1.533)	93.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.421)	(28)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Receita de aplicações financeiras		-	(473)
		(1.421)	(501)
Redução (aumento) no ativo			
Tributos a recuperar		(281)	(99)
Despesas pagas antecipadamente		(426)	19
Outros ativos circulantes e não circulantes		4.896	(58)
		4.189	(138)
Aumento no passivo			
Fornecedores		6.671	176
Tributos a recolher		354	135
		7.025	311
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(1.045)	(3)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais		8.748	(331)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado		(212.482)	(51.936)
Adições no intangível		(19)	(25)
Resgate em investimento de curto prazo		213.671	52.035
Aplicações em investimento de curto prazo		(215.813)	(63.937)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(214.643)	(63.863)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		60.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		14.782	63.787
Empréstimos tomados	7 b	142.412	-
Juros sobre empréstimos pagos	7 b	(10.149)	-
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos		207.045	63.787
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.150	(407)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	184	591
Saldo no final do exercício	4	1.334	184
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.150	(407)

Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (“Companhia”), com sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala X -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de março de 2019 e tem como propósito a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW Santa Régia, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 21 de janeiro de 2020, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), recebeu por meio da Resolução Autorizativa nº 8.520, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Eólica AW Santa Régia. A central geradora será constituída por 9 unidades geradoras de 4.200kW cada, totalizando 37.800 kW de potência instalada e 37.500 kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre, conforme despacho nº 4.038 de 16 de dezembro de 2021. O prazo estimado para início de operação comercial é até 31 de março de 2023 e a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução. Em 17 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.453 a autorização foi transferida da “Alupar” para a Companhia.

Em 26 de novembro de 2020 a Companhia solicitou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI, que consiste em um incentivo fiscal que suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as aquisições de imobilizado relacionados à construção do projeto, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica. Em 25 de janeiro de 2021 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 494 aprovando o enquadramento do Projeto Central Geradora Eólica AW Santa Régia no REIDI. Em 4 de fevereiro de 2021 a Companhia solicitou a habilitação no REIDI à Receita Federal do Brasil e em 11 de fevereiro de 2021 recebi a habilitação.

A Companhia está em fase pré-operacional e está realizando pagamentos apresentados nas rubricas de Fornecedores e Empréstimos, por esse motivo, a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022, capital circulante negativo de R\$ 128.109. Em 31 de dezembro de 2022 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

1.1. Alteração de controle

Em Assembleia Extraordinária, realizada em 06 de janeiro de 2022, foi aprovado aumento de capital social na Companhia. O montante do aporte aprovado foi R\$ 94.972. A Foz do Rio Claro Energia S.A. aportou R\$ 60.000 que foram integralizados em moeda corrente na Companhia. Com isso, Foz do Rio Claro passa a deter 63,18% da Companhia, sendo assim, a Companhia passou a ser controlada por Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”).

A aquisição foi realizada tendo como base o capital social da controlada “EAP II”, devido à recente criação das Companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico e por estarem em construção o valor de aquisição foi considerado como valor justo. Com isso a partir de 06 de janeiro de 2022 as controladas foram consolidadas por Foz do Rio Claro.

1 Informações gerais – Continuação

1.2. Impactos do COVID-19

Atualmente, não há previsão de atraso nas construções em andamento que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do Imposto de renda diferido.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação das demonstrações contábeis do exercício de findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de março de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.5 – Provisões.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício/período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adota a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como:

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares

Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAP's. Nesses instrumentos a Companhia troca a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos na rubrica de "Ativo imobilizado".

3.4 Imobilizado em construção

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, juros elegíveis a capitalização e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração,

A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional que será calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social serão apuradas com a presunção aplicando a partir do momento em que a empresa gerar receita, e sobre o montante da receita bruta aplicará as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, serão aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Até o momento a Companhia está em processo de construção não gerando assim base para tributação no regime de lucro presumido.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis;
- Definição de estimativas contábeis; e,
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2022 e 31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Banco conta movimento	-	184	184
Aplicações financeiras	Até 20% do CDI	1.150	-
		1.334	184

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimento de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Investimento - STA Energia	102,06% do CDI	100,06% do CDI	21.585	12.801

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Imobilizado

O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 representa as adições ocorridas no ativo imobilizado referente substancialmente a, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW Santa Régia. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. Os mesmos estão constituídos da seguinte forma:

	31/12/2020	Adições	31/12/2021	Adições	31/12/2022
<u>Imobilizado em curso</u>					
A ratear (i)	-	13.760	13.760	231.531	245.291
Estudos e Projetos	250	494	744	-	744
Adiantamento a fornecedor	-	38.155	38.155	(24.920)	13.235
Receita de aplicação (ii)	-	(473)	(473)	(6.664)	(7.137)
Custos com empréstimos (iii)	-	-	-	12.535	12.535
Total do imobilizado em curso	250	51.936	52.186	212.482	264.668

- (i) Imobilizado em curso - A ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (ii) Receita de aplicação: a Companhia agrega, ao custo de construção no ativo imobilizado em curso, as receitas de aplicações incorridas sobre aplicações financeiras. O montante capitalizado até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 7.137.
- (iii) Custos de empréstimos: a Companhia agrega, ao custo de construção no ativo imobilizado em curso, os custos incorridos sobre empréstimo tomados. O montante capitalizado até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 10.703 referente a encargos e R\$ 1.832 referente a variação cambial. As taxas de juros aplicáveis estão demonstradas na nota explicativa 07 (Empréstimos em moeda estrangeira).

7 Empréstimos em moeda estrangeira

Captação em moeda estrangeira

Em junho de 2022 a Companhia e Eólica Agreste Potiguar II, firmou um contrato de empréstimo em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 27.707 equivalente a R\$ 142.412, transação realizada em junho de 2022, com pagamento do principal por contrato de câmbio no final do contrato em dezembro de 2023 e juros semestrais em dezembro de 2022, junho de 2023 e dezembro de 2023. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida.

Instrumentos Financeiros

A Companhia contratou operações de SWAP em junho de 2022 para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. As operações com o efeito do SWAP apresentam taxa da moeda US\$ (SOFR+0,60%) * 1.17647 pela variação do CDI mais 0,98% ao ano.

A composição de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	(% a.a.) Taxa efetiva	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2022		
						Encargos	Principal	Total
Citibank S.A	21/06/2022	21/12/2023	(USD) 27.707	SOFR+0,60%	Semestral	213	144.585	144.798
Banco Citibank (Derivativo SWAP)	21/06/2022	21/12/2023	Nacional 142.412	100% da CDI - 0,98% a.a	Semestral	-	(1.837)	(1.837)
						213	142.748	142.961

As movimentações da empréstimos, debêntures e empréstimos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas (nota 6)	Variação cambial (nota 6)	Amortização de Juros	31/12/2022
Empréstimos	-	142.412	10.703	1.832	(10.149)	144.798

8 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

8 Partes relacionadas – Continuação

8.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

	31/12/2022	31/12/2021
Alupar Investimento S.A. (i)	-	65.155
AF Energia S.A. (i)	-	35
Foz Rio Claro Energia S.A. (i)	45.000	-
	45.000	65.190

- (i) A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista (efetuados à título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da Central Geradora Eólica AW Santa Régia. Em 31 de dezembro de 2022 os valores acima não possuem características de instrumento patrimonial.

8.2 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foi fixado remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

8.3 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantiadora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2022
25/05/2022	Diretoria	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020.	25/05/2022	25/03/2023	334	334

9 Patrimônio líquido

Em 06 de janeiro de 2022 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 94.972. Assim, o capital social, que era de R\$ 1, passa a ser de R\$ 94.973, mediante a emissão de 94.972.376 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1.

9 Patrimônio líquido – Continuação

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) subscritas pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), 34.937.134 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC em capital que totalizam o montante de R\$ 34.937; (ii) Subscritas pela AF Energia S.A. (“AF”) 22.636 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC em capital que totalizam o montante de R\$ 35; e (iii) Subscritas pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”), com renúncia expressa das demais acionistas da Companhia ao direito de preferência para subscrição destas ações, 60.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 60.000, integralizadas em moeda corrente nacional. Com o aumento de capital realizado a acionista “Alupar” passou a deter 36,79%, a “AF” 0,04% e “Foz” 63,18% do capital social da Companhia.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S.A	34.938.133	36,79%	999	99,90%
AF Energia S.A	35.243	0,04%	1	0,10%
Foz do Rio Claro Energia S.A	60.000.000	63,18%	-	0,00%
Total das ações	94.973.376	100,00%	1.000	100,00%

10 Custos e despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Custos operacionais		
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(1.375)	-
Despesas administrativas e gerais		
Serviços de terceiros	(46)	(28)
Total de Custos e Despesas	(1.421)	(28)

11 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

11 Instrumentos financeiros – Continuação

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
<u>Ativo</u>						
Caixa e bancos	184	184	184	184	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	21.585	21.585	12.801	12.801	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Derivativos financeiros	1.837	1.837	-	-		Custo amortizado
	22.919	22.919	12.985	12.985		
<u>Passivo</u>						
Fornecedores	6.847	6.847	176	176	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda estrangeira	144.798	144.798	-	-	-	Custo amortizado
	151.645	151.645	176	176		

Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores são classificados como custo amortizado cujo valor justo se aproximam do seu respectivo valor contábil.

A partir do 2º trimestre de 2022 a Companhia passou a possuir instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o Swap.

Todas as operações de derivativos da Companhia estão detalhadas no quadro a seguir:

	USD	Nacional	Periodicidade da liquidação	Ano de Vencimento	Posição líquida	
					31/12/2022	31/12/2021
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	27.707	142.412	Único no final	2023	1.837	-

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período de 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

11.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia e suas controladas e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e,
- **Nível III** - Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

11 Instrumentos financeiros – Continuação

11.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se: ao risco de moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

11 Instrumentos financeiros – Continuação

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Como a Companhia está em fase pré-operacional para a construção de novas instalações, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da Companhia estava expostas na data base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Aplicações financeiras de liquidez imediata	CDI	1.150	61	92	122	153
Investimentos de curto prazo	CDI	21.585	1.147	1.721	2.294	2.868
						3.442

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2022 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Empréstimos	CDI +	0,98%	144.798	9.198	13.073	16.962	20.851
							24.741

(*) Captação realizado em USD atrelada a um contrato de SWAP

12 Compromissos

Em abril de 2021 em reunião do Conselho de Administração foi aprovado a celebração de dois contratos entre a Companhia e a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., sendo: (i) Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem, Montagem e Comissionamento de nove Aerogeradores no valor global de R\$165.616 que compreende o período de maio de 2021 a outubro de 2022 e (ii) do Contrato de Operação e Manutenção para nove Aerogeradores do parque eólico da Companhia no valor global de R\$8.820, sendo reajustado pelo IPCA, e que compreende o período cinco anos com início em novembro de 2022 e término em outubro de 2027.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2